FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
2025-2026

1. Nome da Unidade curricular:

Direito dos Recursos Naturais e das Energias Renováveis

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐
Horas de Trabalho: 196
Créditos ECTS: 7

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Ricardo Branco, 2 horas semanais

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

N/A

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Na presente unidade curricular, propõe-se, prima facie, o estudo de como os bens ambientais com valor económico ou social são, segundo o ordenamento jurídico aplicável, suscetíveis de utilização para obtenção de utilidades públicas ou privadas e, dentro de tal contexto, a componente do ordenamento que regula a utilização energética de recursos naturais renováveis, com vista ao incremento do uso de fontes renováveis de energia, à diversificação das fontes e ao incremento do fornecimento energético, à obtenção da segurança energética, à proteção do ambiente e à garantia do desenvolvimento sustentável.

6. Conteúdos programáticos:

I. Direito dos recursos naturais: o Direito regulador do uso público ou privado dos recursos ao dispor na natureza
II. Os recursos naturais enquanto componentes ambientais com valor económico ou social, tais quais o ar, os elementos do clima, a água, a biomassa, os animais existentes na natureza, os minerais e o solo enquanto espaço para ocupação
III. Fontes europeias e nacionais do Direito dos Recursos Naturais
IV. Os ramos do Direito dos Recursos Naturais
IV.1. O Direito dos Recursos Geológicos
IV.2. O Direito da Água
IV.3. O Direito da Pesca
IV.4. O Direito Venatório
IV.5. O Direito Florestal
IV.6. O Direito das Energias Renováveis enquanto Direito regulador do uso dos componentes naturais com utilidade energética e natureza renovável, de que resulte energia não-fóssil, como a energia eólica, solar, hídrica, biomássica, geotérmica e dos oceanos
V. A dominialidade e o domínio dos recursos naturais
VI. Direito dos Recursos Naturais, desenvolvimento sustentável e economia circular
VII. Em especial: do Direito das Energias Renováveis como parte do ordenamento
que regula a utilização energética de recursos naturais renováveis, com vista ao incremento do uso de fontes renováveis de energia, à diversificação das fontes e ao incremento do fornecimento energético, à obtenção da segurança energética, à proteção do ambiente e à garantia do desenvolvimento sustentável
VII.1. O quadro europeu
VII.2. A estratégia e a legislação nacionais

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

O conteúdo curricular apresentado visa apresentar, sob todas as formas, assim como problematizar, em consequência, o Direito dos Recursos Naturais e das Energias Renováveis.

8. Metodologias de ensino:

(1) Em aula, realização de casos práticos
(2) Apresentações individuais
(3) Trabalho final individual

9. Avaliação:

Nos termos do artigo 30.º do Regulamento de Avaliação, 50% para os elementos discriminados em 8 e 50% correspondentes à nota de exame escrito final. Para os Estudantes de Erasmus, nota final correspondente, a 100%, à classificação de trabalho final escrito.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

Estes métodos estão testados como os indicados para fomentarem a autonomia na pesquisa e na descoberta científicas no campo do Direito dos Recursos Naturais e das Energias Renováveis.

11. Bibliografia principal:

AA.VV., AA.VV. (coord. Francisco Paes Marques/João Marques Mendes), *Estudos de Direito da Energia*, Coimbra: Almedina, 2023; AA. VV. (edd. Oliver Fritsch/David Benson), *Handbook on the governance and politic of water resources*, Celtenham, UK; Northampton, MA, USA: EE – Edward Elgar Publishing, 2024; AA. VV. (eds. Carla Amado Gomes/Heloísa Oliveira), *Tratado de Direito do Ambiente*, Volume I, segunda edição, Lisboa: CIDP/ICJP, 2024; Volume II, primeira edição, 2022; ANDRADE, José Robin de, «Um novo regime da titularidade das águas públicas», in *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente* - n. 23/24 (janeiro/dezembro 2005) - pp. 109-126; ARAGÃO, Alexandra, *O princípio do nível elevado de proteção e a renovação ecológica do Direito do Ambiente e dos Resíduos*, Coimbra: Coimbra Editora, 2006; DURAND, Étienne, «La contribution de l'hydrogène à la réalisation des objectifs du Green Deal», in *Revue Juridique de l'Environnement* - n.4 (décembre 2023) - pp. 835-842; OLIVEIRA, Fernanda Paula/LOPES, Dulce, Breves notas sobre algumas das alterações na «legislação das florestas»: em especial, a alteração ao artigo 16º do Decreto-Lei n.º 124/2006, in *Questões Atuais de Direito Local*, n.º 21 (jan-mar. 2019), pp. 29-59; OLIVEIRA, Fernanda Paula (org.), *Comunidades de Energia*, Coimbra: Almedina, 2024; PÉREZ DE LAS HERAS, Beatriz, «La Unión Europea y el nuevo paradigma energético en la transición hacia la neutralidad climática», in *IUS ET SCIENTIA*: Revista electrónica de Derecho y Ciencia, Nº. Extra 1, 2024, pp. 10-31; RAMOS-PEREIRA, A./Zêzere, J.L./Morgado, P., *Os Recursos Naturais Em Portugal: Inventariação E Proposta De Um Modelo Geográfico De Avaliação*, texto disponível em http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/089.pdf; SCHULZ ABDALA, Maia, «Los recursos naturales y el conflicto de valores a proteger», in *Revista Aranzadi de Derecho Ambiental* - n.57 (enero-abril 2024) - pp. 233-251. TESSON, *Fabien, Droit de l'énergie de l'Union européenne,* Bruxelles: Bruylant, 2024.

12. Observações:

N/A

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular Unit Sheet

Course Masters in Law and Legal Practice
2025-2026

1. Curricular Unit Name:

Natural Resources and Renewable Energy Law

2. Complementary Information:

Duration: Semester ☒ Annual ☐
Work hours: 196
Credits ECTS: 7

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Ricardo Branco

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

N/A

5. Learning outcomes of the curricular unit:

The purpose of the unit is to study the legal definition how environmental resources may be used for public profit or private benefit, as well as the legal design of norms to promote the development and utilization of renewable energy, improve the energy structure, diversify energy supplies, safeguard energy security, protect the environment, and realize the sustainable development of the economy and society.

6. Syllabus:

I - Natural resources law: the definition how environmental resources may be used for public profit or private benefit
II - Natural resources as those parts of the environment
with economic or social value, including air, water, timber, minerals on and under the surface, animals, and soil use.
III – The sources of natural resources law: European and national law
IV – The branches of natural resources law:
IV.1. Mining law
IV.2. Water law
IV.3. Fisheries law
IV.4. Hunting Law
IV.5. Forest law
IV.6. Renewable energy law: the definition how environmental resources with energetic value may be used for public profit or private benefit: non-fossil energy of wind energy, solar energy, water energy, biomass energy, geothermal energy, and ocean energy
V - Property Ownership and Resource Rights
VI – Natural resources law, sustainable development and circular economy
VII - The Renewable Energy Law: designed to promote the development and utilization of renewable energy, improve the energy structure, diversify energy supplies,
safeguard energy security, protect the environment, and realize the sustainable development of the economy and society
VII.1. The Renewable Energies Directive
VII.2. The national law and strategy

VIII – General principles on natural resources and renewable energy law

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The foreseen syllabus allows for the study and strengthening of all the aspects that make the body of knowledge on natural resources and renewable energy law and the questioning of its most hard and innovative cases.

8. Teaching methodologies (including evaluation):

(1) Individual and joint analysis of case studies (2) Individual student presentations and debates (3) Completion of a final work.

9. Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The presented methodology allows, from the start, for the creation of a basis of knowledge upon which to reflect, both individually and in group, on the subject of natural resources and renewable energy law and moving to the production of own research and findings.

10: Evaluation:

50% - assessment elements in classes, necessarily including a final work on a specific public entity, referred to in point 8; (art. 30(1)(b) of the Regulation) and 50% - written test of mandatory final assessment (art. 30(1)(a) of the Regulation) For Erasmus Students: 100% - Completion of a final work.

11: Main Bibliography:

AA.VV., AA.VV. (coord. Francisco Paes Marques/João Marques Mendes), *Estudos de Direito da Energia*, Coimbra: Almedina, 2023; AA. VV. (edd. Oliver Fritsch/David Benson), *Handbook on the governance and politic of water resources*, Celtenham, UK; Northampton, MA, USA: EE – Edward Elgar Publishing, 2024; AA. VV. (eds. Carla Amado Gomes/Heloísa Oliveira), *Tratado de Direito do Ambiente*, Volume I, segunda edição, Lisboa: CIDP/ICJP, 2024; Volume II, primeira edição, 2022; ANDRADE, José Robin de, «Um novo regime da titularidade das águas públicas», in *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente* - n. 23/24 (janeiro/dezembro 2005) - pp. 109-126; ARAGÃO, Alexandra, *O princípio do nível elevado de proteção e a renovação ecológica do Direito do Ambiente e dos Resíduos*, Coimbra: Coimbra Editora, 2006; DURAND, Étienne, «La contribution de l'hydrogène à la réalisation des objectifs du Green Deal», in *Revue Juridique de l'Environnement* - n.4 (décembre 2023) - pp. 835-842; OLIVEIRA, Fernanda Paula/LOPES, Dulce, Breves notas sobre algumas das alterações na «legislação das florestas»: em especial, a alteração ao artigo 16º do Decreto-Lei n.º 124/2006, in *Questões Atuais de Direito Local*, n.º 21 (jan-mar. 2019), pp. 29-59; OLIVEIRA, Fernanda Paula (org.), *Comunidades de Energia*, Coimbra: Almedina, 2024; PÉREZ DE LAS HERAS, Beatriz, «La Unión Europea y el nuevo paradigma energético en la transición hacia la neutralidad climática», in *IUS ET SCIENTIA*: Revista electrónica de Derecho y Ciencia, Nº. Extra 1, 2024, pp. 10-31; RAMOS-PEREIRA, A./Zêzere, J.L./Morgado, P., *Os Recursos Naturais Em Portugal: Inventariação E Proposta De Um Modelo Geográfico De Avaliação*, texto disponível em http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/089.pdf; SCHULZ ABDALA, Maia, «Los recursos naturales y el conflicto de valores a proteger», in *Revista Aranzadi de Derecho Ambiental* - n.57 (enero-abril 2024) - pp. 233-251. TESSON, *Fabien, Droit de l'énergie de l'Union européenne,* Bruxelles: Bruylant, 2024

12: Remarks:

N/A

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.